

RELATÓRIO
ANUAL
2018



SUMÁRIO

DADOS CADASTRAIS.....	3
ABERTURA.....	4
MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	5
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	6
BALANÇO PATRIMONIAL.....	9
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS.....	11
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	12
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS.....	14
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	28
PARECER DA AUDITORIA EXTERNA.....	29

DADOS CADASTRAIS

Denominação Social: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Ceres e Rialma Ltda.

Nome Comercial: Sicoob Credicer

Endereço: Avenida Brasil, nº 703-B, Quadra 18 B, Lote 18 B – Centro

Cidade: Ceres-GO CEP: 76.300-000

Fone/Fax: (62) 3307-4200

Site: www.sicoobcredicer.com.br

Inscrição no CNPJ/MF: 09.576.849/0001-82

Autorização de Funcionamento /BACEN: 2008/3624

Registro na Junta Comercial (JUCEG): 524.0001147.9 EM 27/05/2008

Inscrição Municipal: 6.370/08

Inscrição Estadual.....Isento

Conselho de Administração

(Gestão: 2017 á 2021)

José Maurício de Oliveira.....Presidente
Geraldo Moreira Reis.....Vice-Presidente
Marcos Camargo Cardoso.....Diretor Administrativo
Washington Luís Pereira Barreto.....Diretor Operacional
Angêlo Andrey Pina Santana.....Conselheiro
Antônio Dias Silva Junior.....Conselheiro
Cleuber Marcos de Oliveira.....Conselheiro
David Diniz Campos.....Conselheiro
Joaquim Caldeira de Moura.....Conselheiro
Jonas Borges.....Conselheiro
Marlúcio Scalabrini da Silva Filho.....Conselheiro

Conselho Fiscal

(Gestão 2017 á 2020)

Efetivos

Bruno Cezar
Valdivino Cordeiro de Andrade
Vanderlei da Costa

Suplentes

Alex Alencar de Oliveira
Amarildo José da Silva
Osvaldo Augusto Monteiro Junior

ABERTURA

Senhores(as) Associados(as),

Em atendimento às regras legais e estatutárias bem como às disposições específicas, o Conselho de Administração do SICOOB CREDICER, apresenta a todos os cooperados para conhecimento e avaliação, os Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas referente ao exercício 2018, encerrado no dia 31 de dezembro.

Com as informações aqui prestadas, o Sicoob Credicer disponibiliza a todos, os números e registros contábeis.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

SICOOB CREDICER, constituído de uma história de coragem, gratidão, compromisso, solidariedade e sempre em busca de dias melhores. Gratidão, é com esse sentimento que chegamos ao fim de 2018, ano tão especial para o cooperativismo de crédito, onde alcança sua maturidade, reverenciando seu passado e os seus pioneiros, e ao mesmo tempo em que olha para o futuro em busca de crescimento e de importantes realizações, consolidando como principal instituição financeira dos seus cooperados.

Temos trabalhado arduamente dia após dia para uma cooperativa cada vez mais sólida e forte. O nosso nível de eficiência está entre os melhores do sistema SICOOB GOIÁS CENTRAL (Goiás e Tocantins), o que é um grande prazer.

O SICOOB é um modelo cooperativista que contribui substancialmente como instrumento de desenvolvimento, fomentando, fortalecendo e potencializando a economia local. Gerando uma gama de empregos diretos e indiretos, renda e no final de cada exercício compartilha os resultados com os seus associados de acordo com a sua movimentação financeira.

É com muita alegria e trabalho que o sistema SICOOB chega a 100 bilhões em ativos, com 4 milhões de associados e presente em todos os estados da confederação brasileira, sendo que em 200 municípios somos o único agente financeiro, isso é gratificante e nos dá mais força e folego para continuarmos trabalhando.

Sejamos sempre otimistas “vencer é a solução”. Desafios fazem parte do cotidiano do cooperativismo. É assim, conjugando a todo momento o verbo enfrentar, que fechamos mais um ano marcados pela exigência de elaborar soluções.

Para o universo cooperativista, crise significa oportunidade de criar, buscar, crescer e vencer, a busca pela intercooperação sempre leva a resultados positivos aos envolvidos. Que 2019 seja mais um ano a registrarmos novas conquistas para todos.

O meu estimado reconhecimento a toda equipe: conselho de administração; diretoria executiva; conselho fiscal; nossos colaboradores e a todos os cooperados pelo empenho e dedicação.

Que Deus nos dê força, saúde e sabedoria para bem conduzirmos a nossa cooperativa de crédito - SICOOB CREDICER.

JOSÉ MAURÍCIO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

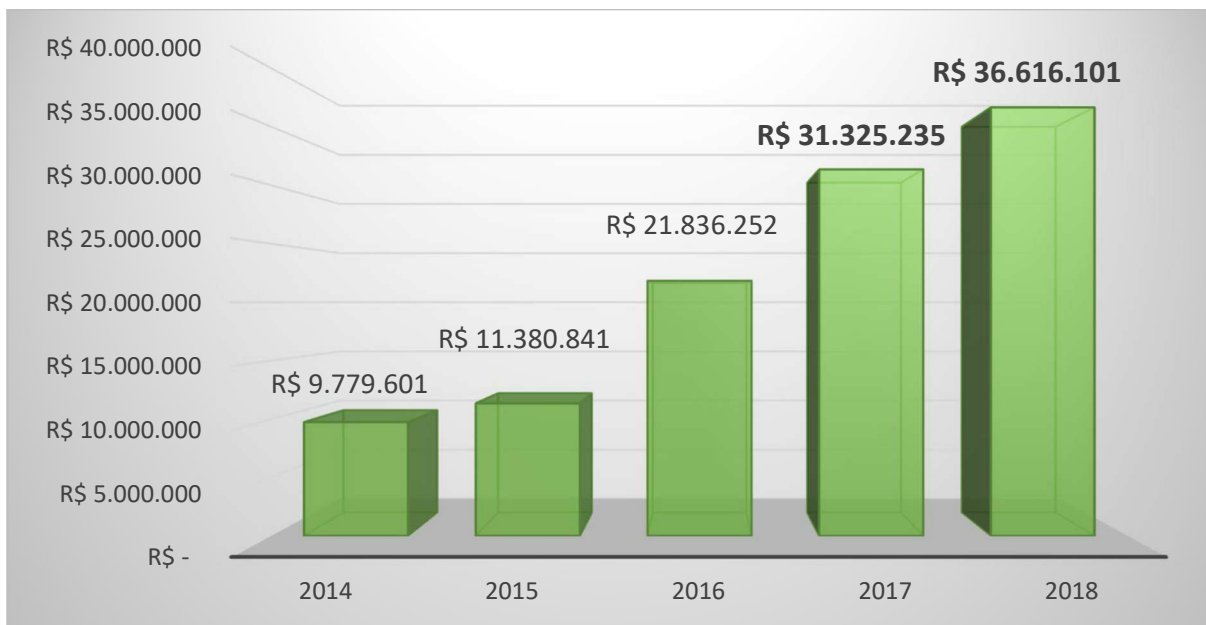
QUADRO SOCIAL

Em 2018, o quadro de associados ativos junto ao SICOOB CREDICER apresentou incremento de 30,81% em relação ao ano de 2017, totalizando 1.333 cooperados.



APLICAÇÃO DE RECURSOS

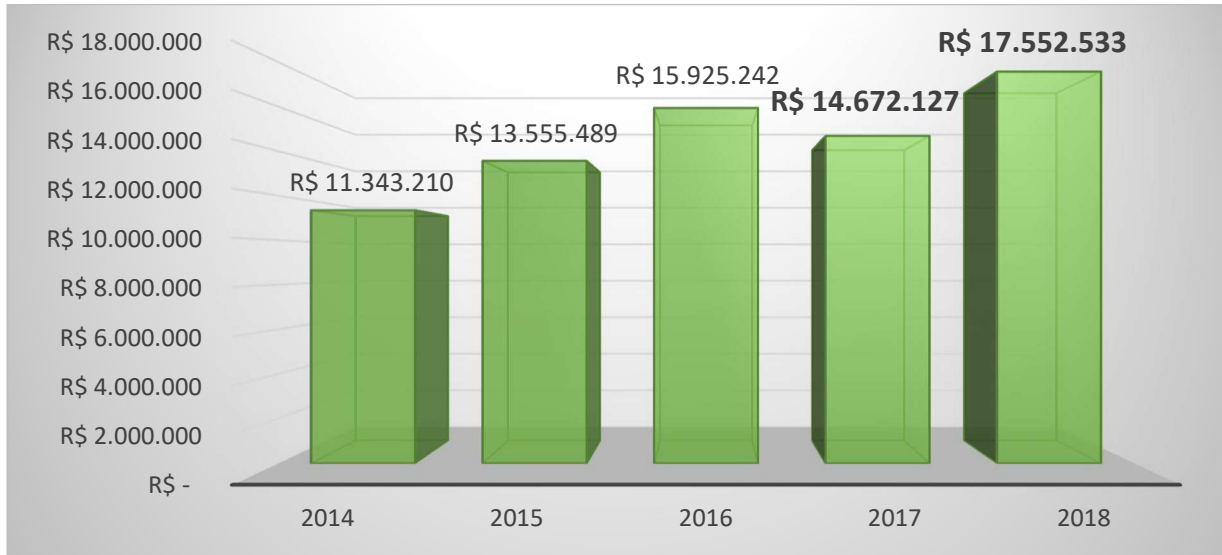
As aplicações no SICOOB GOIÁS CENTRAL atingiram R\$ 36.616.101,36 em 2018, o que representa um aumento de 16,89% em relação a 2017, e estampa a atuação conservadora da Administração.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

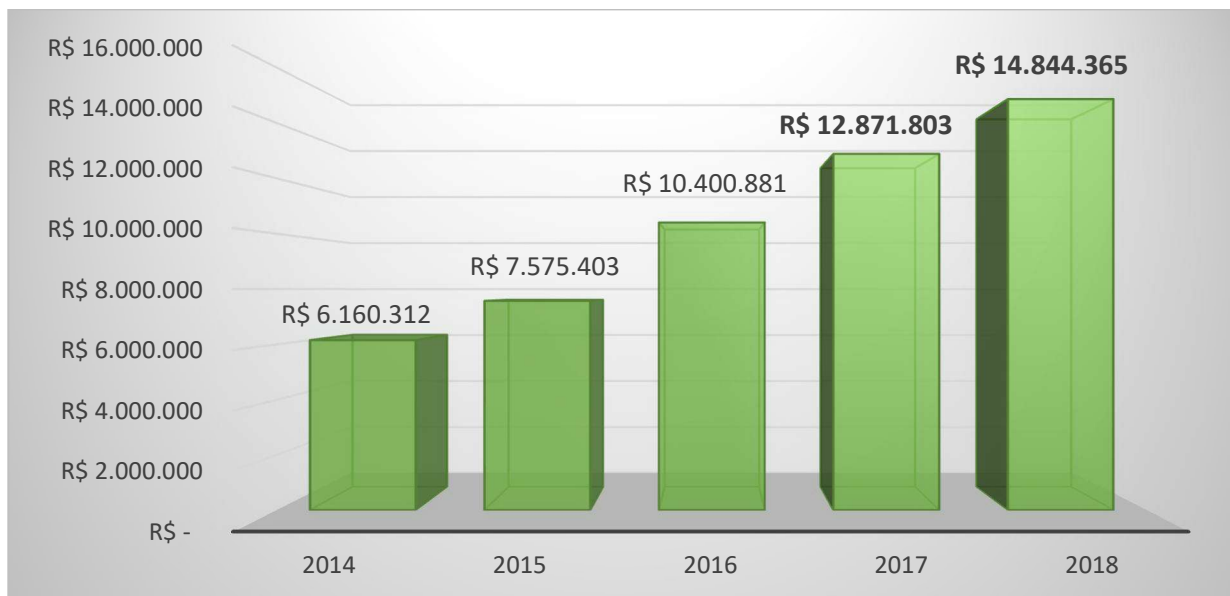
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A Cooperativa encerrou o exercício 2018 com um montante total de R\$ 17.552.532,87 em operações de crédito, representando um crescimento de 19,63% quando comparado ao ano de 2017 onde administrava um total de R\$ 14.672.127,15.



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

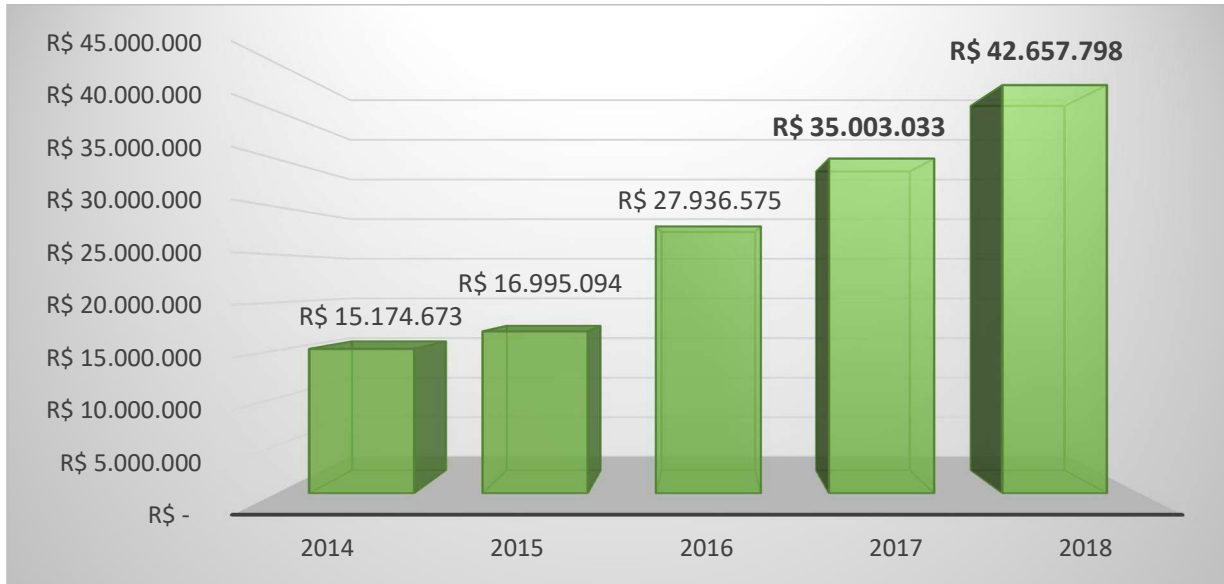
O Patrimônio Líquido é o principal indicador de solidez das instituições financeiras, o SICOOB CREDICER alcançou em 2018 o valor de R\$ 14.844.364,98, uma elevação de 15,32% em relação ao mesmo período de 2017.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

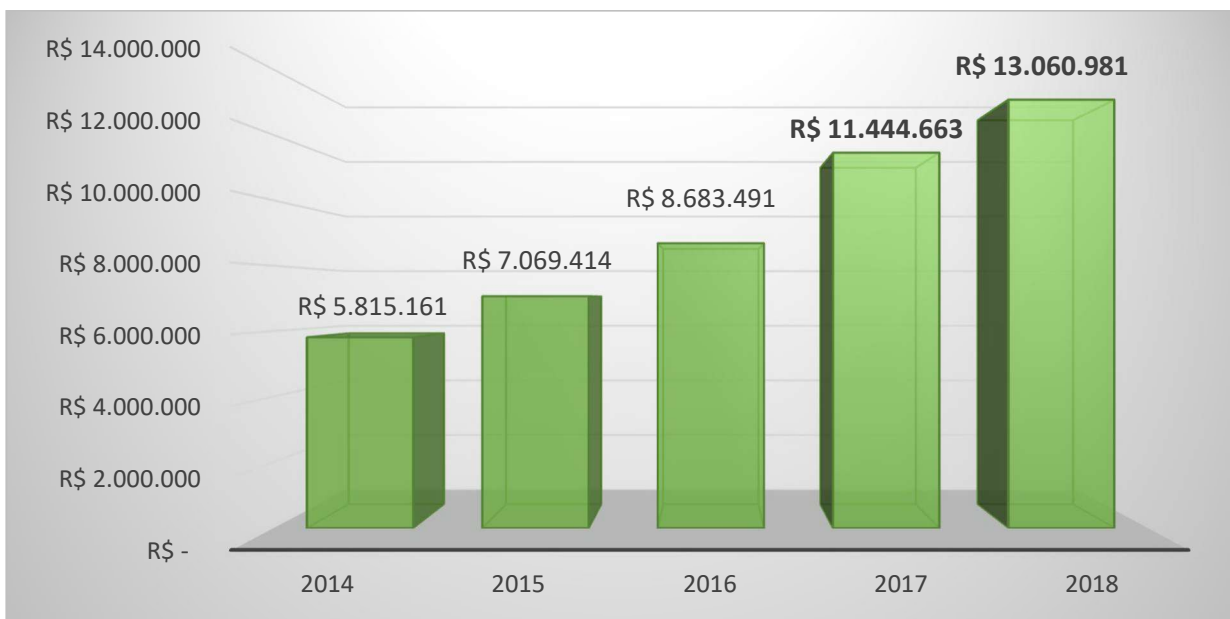
DEPÓSITOS

Os depósitos à vista e a prazo atingiram o montante de R\$ 42.657.797,77, um aumento de 21,87% em relação ao ano anterior. Esse crescimento demonstra robustez do nível de confiança dos cooperados na cooperativa.



CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é o somatório de quotas-partes em moeda corrente, que cada pessoa ao ingressar na cooperativa aporta, tornando-se, legitimamente, associado. O SICOOB CREDICER cresceu 14,12% no exercício de 2018 quando comparado a 2017.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais, sem centavos)

ATIVO	2018	2017
CIRCULANTE	50.369.891	44.500.853
Disponibilidades	448.540	243.797
Caixa	296.585	243.797
Numerários em Trânsito	151.955	
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	36.616.101	31.325.235
Centralização Financeira	36.616.101	31.325.235
Operações de crédito (Nota 6)	13.020.783	12.372.593
Setor Privado	13.305.120	12.740.269
(-) Provisão para CLD	(284.337)	(367.676)
Outros Créditos (Nota 7)	211.501	546.595
Rendas a Receber	5.931	5.145
Diversos	205.570	541.450
Outros Valores e Bens (Nota 8)	72.966	12.633
Material em Estoque	154	
Despesas Antecipadas	72.812	12.633
NÃO CIRCULANTE	8.294.869	3.966.312
Operações de crédito (Nota 6)	4.169.982	1.853.230
Setor Privado	4.247.412	1.931.858
(-) Provisão para crédito em liquidação	(77.430)	(78.628)
Investimentos (Nota 9)	2.944.772	1.324.259
Participações de Cooperativas	2.944.772	1.324.259
Imobilizado de uso (Nota 10)	678.034	783.342
Imobilizações de Uso	1.048.232	1.041.302
(-) Depreciação Acumulada	(370.198)	(257.960)
Intangível	502.081	5.481
Sistema Processamento de Dados - Softwares	41.038	41.036
(-) Amortização Acumulada	(39.612)	(35.555)
Outros Ativos Intangíveis - Data Center Central	517.919	-
(-) Amortização Acumulada	(17.264)	-
TOTAL DO ATIVO	58.664.760	48.467.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcos Camargo Cardoso
CPF: 364.152.271-49
Diretor Administrativo

Washington Luís P. Barreto
CPF: 026.121.931-62
Diretor Operacional

Herbert Silva de Oliveira
CPF: 023.345.101-30
Contador CRC-GO 022.087/O-6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais, sem centavos)

PASSIVO + PL	2018	2017
CIRCULANTE	43.419.725	35.595.362
Depósitos (Nota 11)	42.657.798	35.003.033
Depósitos a Vista	12.416.010	9.104.644
Depósitos a Prazo	30.241.788	25.898.389
Outras Obrigações (Nota 13)	761.927	592.329
Cobrança Arrecadação de Tributos	15.376	24.097
Sociais e Estatutárias	111.427	103.756
Fiscais e Previdenciárias	94.832	113.055
Diversas	540.292	351.421
NÃO CIRCULANTE	400.671	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 12)	400.671	-
Recursos do Bancoob	400.671	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)	14.844.364	12.871.803
Capital Social	12.913.756	11.357.954
Cotas - País	13.060.981	11.444.663
(-) Capital a Realizar	(147.225)	(86.709)
Reservas de Lucros	1.699.751	1.265.889
Fundo de Reserva	1.422.723	1.053.352
Reserva Estatutária	277.028	212.537
Sobras ou Perdas Acumuladas	230.857	247.960
Sobras do Exercício	230.857	247.960
TOTAL DO PASSIVO + PL	58.664.760	48.467.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcos Camargo Cardoso
 CPF: 364.152.271-49
 Diretor Administrativo

Washington Luís P. Barreto
 CPF: 026.121.931-62
 Diretor Operacional

Herbert Silva de Oliveira
 CPF: 023.345.101-30
 Contador CRC-GO 022.087/O-6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

B – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

2º SEMESTRE DE 2018 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais, sem centavos)

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS	2º SEM. 2018	2018	2017
RECEITA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.674.268	5.048.718	4.148.105
Operações de Crédito (Nota 17)	2.674.268	5.048.718	4.148.105
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(893.322)	(1.780.790)	(2.528.258)
Despesas com Captação (Nota 11.b)	(971.937)	(1.866.636)	(2.295.470)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	78.614	85.846	(232.788)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.780.946	3.267.928	1.619.847
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(254.118)	(647.815)	(15.421)
Receitas de prestação de serviço	141.501	265.675	177.403
Receitas de tarifas bancárias	171.835	314.266	190.650
Despesas com pessoal	(1.003.818)	(1.913.584)	(1.493.973)
Despesas administrativas (Nota 18)	(593.583)	(1.443.548)	(1.345.046)
Despesas Tributárias	(28.439)	(36.142)	(15.884)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.268.147	2.350.945	2.698.807
Outras receitas operacionais	1	94.037	20.724
Outras despesas operacionais (Nota 19)	(209.762)	(279.464)	(248.102)
RESULTADO OPERACIONAL	1.526.828	2.620.113	1.604.426
Resultado não Operacional (Nota 20)	(935.545)	(922.686)	124.861
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	591.283	1.697.427	1.729.287
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL	591.283	1.697.427	1.729.287
Despesas de Juros ao Capital (Nota 16)	(774.984)	(774.984)	(953.700)
SOBRAS ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	(183.702)	922.442	775.587
Constituição de Reservas Estatutárias e Legais	(646.400)	(646.400)	(425.076)
Constituição do FATES	(4.387)	(45.186)	(102.551)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS	(834.489)	230.857	247.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcos Camargo Cardoso
CPF: 364.152.271-49
Diretor Administrativo

Washington Luís P. Barreto
CPF: 026.121.931-62
Diretor Operacional

Herbert Silva de Oliveira
CPF: 023.345.101-30
Contador CRC-GO 022.087/O-6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

C – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em Reais, sem centavos)

C - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Histórico	RESERVAS DE SOBRES				
	Capital Realizado	Reserva Estatutária	Fundo de Reserva	Sobras ou (Perdas)	Total
Saldo no início do período: 01.01.2017	8.670.082	410.763	840.814	479.223	10.400.882
Outras movimentações:					
- Distribuição de sobras				(936)	(936)
Aumento de Capital:					
- Por subscrição realizada	903.019	-	-	-	903.019
- Por incorporação de juros ao capital	895.803				895.803
- Com sobras e reservas	889.050	(410.763)	-	(478.287)	-
Sobras ou perdas do exercício	-	-	-	775.587	775.587
Destinações propostas pela administração:					
- Formação do fundo de reserva	-		212.538	(212.538)	-
- Formação da reserva estatutária	-	212.537		(212.537)	-
- Destinação FATES	-	-	-	(102.552)	(102.552)
Saldo em 31.12.2017	11.357.954	212.537	1.053.352	247.960	12.871.803
Mutações no Período	2.687.872	(198.226)	212.538	(230.327)	2.471.857
Saldo no início do período: 01.01.2018	11.357.954	212.537	1.053.352	247.960	12.871.803
Outras movimentações:					
- Distribuição de sobras				-	-
Aumento de Capital:					
- Por subscrição realizada	320.320	-	-	-	320.320
- Por incorporação de juros ao capital	774.984				774.984
- Com sobras e reservas	460.498	(212.538)	-	(247.960)	-
Sobras ou perdas do exercício	-	-	-	922.442	922.442
Destinações propostas pela administração:					
- Formação do fundo de reserva	-		369.371	(369.371)	-
- Formação da reserva estatutária	-	277.028		(277.028)	-
- Destinação FATES	-	-	-	(45.186)	(45.186)
Saldo em 31.12.2018	12.913.757	277.028	1.422.723	230.857	14.844.364
Mutações no Período	1.555.803	64.491	369.371	(17.103)	1.972.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcos Camargo Cardoso
CPF: 364.152.271-49
Diretor Administrativo

Washington Luís P. Barreto
CPF: 026.121.931-62
Diretor Operacional

Herbert Silva de Oliveira
CPF: 023.345.101-30
Contador CRC-GO 022.087/O-6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

D – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

2º SEMESTRE DE 2018 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais, sem centavos)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2º SEM. 2018	2018	2017
Sobras/(perdas) líquidas antes dos tributos e após juros ao capital	(183.702)	922.442	775.587
Ajustes às sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	(5.487)	47.713	310.890
Provisão para operações de crédito	(78.614)	(85.846)	232.788
Despesas de depreciação e amortização	73.127	133.559	78.102
Variações patrimoniais:	(824.646)	5.620.697	7.900.139
Operações de crédito	(533.756)	(2.879.097)	1.137.960
Outros créditos	(168.375)	335.094	(304.840)
Outros valores e bens	(55.246)	(60.333)	(10.579)
Depósitos	(576.358)	7.654.765	7.066.458
Relações Interfinanceiras	400.671	400.671	
Outras obrigações	108.418	169.598	11.140
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.013.835)	6.590.853	8.986.616
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de investimentos	(1.500.957)	(1.620.513)	(198.946)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.570)	(6.930)	(768.814)
Aplicação no intangível	-	(517.919)	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.503.527)	(2.145.362)	(967.760)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento/(redução) de capital	55.957	320.320	903.019
Incorporação de juros ao capital	774.984	774.984	895.803
Distribuição de sobras	-	-	(936)
Destinação ao FATES	(4.387)	(45.186)	(102.552)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	826.554	1.050.119	1.695.334
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.690.808)	5.495.609	9.714.190
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	38.755.450	31.569.032	21.854.842
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício (Nota 4)	37.064.641	37.064.641	31.569.032
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.690.808)	5.495.609	9.714.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcos Camargo Cardoso
 CPF: 364.152.271-49
 Diretor Administrativo

Washington Luís P. Barreto
 CPF: 026.121.931-62
 Diretor Operacional

Herbert Silva de Oliveira
 CPF: 023.345.101-30
 Contador CRC-GO 022.087/O-6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para os Exercícios findos em 31.12.2018 e 2017

(Valores expressos em Reais, sem centavos)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA - SICOOB CREDICER**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **27/05/2008**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDICER** possui **1** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **HIDROLINA - GO**.

O **SICOOB CREDICER** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do **BANCOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2018**.

4) Caixa e equivalente de caixa

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	448.540	243.797
Relações interfinanceiras - centralização financeira	36.616.101	31.325.235
TOTAL	37.064.641	31.569.032

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	36.616.101	31.325.235
TOTAL	36.616.101	31.325.235

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	10.865	-	10.865	54.328
Empréstimos	7.491.666	2.960.990	10.452.656	5.527.098
Títulos Descontados	3.876.928	1.474	3.878.402	5.828.773
Financiamentos	1.925.662	884.277	2.809.939	3.261.928
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	400.671	400.671	-
(-) Provisões para Operações de Crédito	(284.337)	(77.430)	(361.767)	(446.304)
TOTAL	13.020.783	4.169.982	17.190.766	14.225.823

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
A 0,5% Normal	4.359.769	118	719.538	400.671	5.480.096	(27.400)	2.770.728	(13.854)
B 1% Normal	6.649.437	86.081	656.700	-	7.392.218	(73.922)	2.934.401	(29.344)
B 1% Vencidas	135.385	-	-	-	135.385	(1.354)	73.186	(732)
C 3% Normal	2.352.283	248.813	1.248.258	-	3.849.354	(115.481)	8.295.109	(248.853)
C 3% Vencidas	17.473	-	12.379	-	29.852	(896)	33.451	(1.004)
D 10% Normal	325.831	55.544	13.188	-	394.563	(39.456)	148.311	(14.831)
D 10% Vencidas	-	-	14.950	-	14.950	(1.495)	-	-
E 30% Normal	33.990	22.370	118.233	-	174.593	(52.378)	34.626	(10.388)
E 30% Vencidas	22.531	-	-	-	22.531	(6.759)	323.719	(97.116)
F 50% Normal	19.416	8.217	-	-	27.633	(13.816)	2.093	(1.046)
F 50% Vencidas	-	-	-	-	-	-	52.852	(26.426)
G 70% Normal	-	727	-	-	727	(509)	3.133	(2.193)
G 70% Vencidas	-	-	7.767	-	7.767	(5.437)	-	-
H 100% Normal	-	3.937	-	-	3.937	(3.937)	517	(517)
H 100% Vencidas	-	-	18.926	-	18.926	(18.926)	-	-
Total Normal	13.740.726	425.808	2.755.917	400.671	17.323.122	(326.900)	14.188.919	(321.027)
Total Vencidos	175.389	-	54.022	-	229.411	(34.866)	483.208	(125.277)
Total Geral	13.916.115	425.808	2.809.939	400.671	17.552.533	(361.767)	14.672.127	(446.304)
Provisões	(219.987)	(29.146)	(110.630)	(2.003)	-	-	446.304	-
Total Líquido	13.696.128	396.662	2.699.309	398.668	17.190.766	-	14.225.823	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.894.874	4.354.600	2.788.239	10.037.713
Financiamentos	1.055.555	870.107	884.277	2.809.939
Financiamentos Rurais	-	-	400.671	400.671
TOTAL	3.950.429	5.224.707	4.073.187	13.248.323

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.317	1.165.103	347.391	-	1.515.811	9%
Setor Privado - Serviços	248.977	6.661.817	2.090.208	-	9.001.002	51%
Pessoa Física	173.513	4.973.339	1.440.804	400.671	6.988.328	40%
Outros	-	47.393	-	-	47.393	0%
TOTAL	425.808	12.847.652	3.878.402	400.671	17.552.533	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(446.304)	(328.670)
(Constituições)/Reversões	84.537	(232.788)
Transferências para prejuízo	-	115.154
TOTAL	(361.767)	(446.304)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	1.158.539	7,00%	1.419.937	10,00%
10 Maiores Devedores	5.973.219	34,00%	6.518.234	44,00%
50 Maiores Devedores	12.244.283	70,00%	12.048.554	82,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	999.640	1.220.428
Valor das operações transferidas no período	-	115.154

Valor das operações recuperadas no período	(46.814)	(335.942)
TOTAL	952.826	999.640

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a Receber	5.931	5.145
Diversos	205.570	541.450
TOTAL	211.501	546.595

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Material em Estoque	154	-
Despesas Antecipadas	72.812	12.633
TOTAL	72.966	12.633

Representam o saldo dos prêmios do seguro patrimonial e de numerários da cooperativa, que serão apropriadas no exercício seguinte.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	2.788.138	1.184.117
Participações inst financ controlada coop crédito	156.633	140.141
TOTAL	2.944.772	1.324.259

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Instalações	365.980	365.980	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(133.097)	(98.295)	
Móveis e equipamentos de Uso	411.363	407.593	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(113.715)	(74.342)	
Sistema de Comunicação	5.760,00	5.760,00	20%
Sistema de Processamento de Dados	189.925	188.035	10%
Sistema de Segurança	75.205	73.935	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(123.385)	(85.324)	
TOTAL	678.034	783.342	

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré- fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro

rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	12.416.010	9.104.645
Depósito a Prazo	30.241.788	25.898.389
TOTAL	42.657.798	35.003.033

Os depósitos até o limite de R\$ 250.000,00 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN n° 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	9.710.435	23,00%	5.555.905	16,00%
10 Maiores Depositantes	25.073.760	59,00%	20.921.528	60,00%
50 Maiores Depositantes	32.086.962	75,00%	27.358.898	79,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.799.696)	(2.243.611)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(66.940)	(51.859)
TOTAL	(1.866.636)	(2.295.470)

12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Recursos do Bancoob	449.188	-
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(48.517)	-
TOTAL	400.671	-

13. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	15.376	24.097
Sociais e Estatutárias	111.427	103.756
Fiscais e Previdenciárias	94.832	113.055
Diversas	540.292	351.421
TOTAL	761.927	592.329

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados	46.171	72.039
Cotas de Capital a Pagar	65.255	31.717
TOTAL	111.427	103.756

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	94.832	113.055
TOTAL	94.832	113.055

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	7.446	15.642
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	68.421	60.169
Negociações e Intermediações de Valores	5	5
Provisão para Pagamentos a Efetuar	335.499	194.423
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	23.673	12.129
Credores Diversos - País	105.248	69.054
TOTAL	540.292	351.421

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas administrativas da cooperativa.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2018**, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.241.402 (R\$ 686.676 em **31/12/2017**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDICER** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	12.913.757	11.357.954
Associados	1.333	1.019

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária – Fundo para Aumento do Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para futuro aumento do capital social da cooperativa, conforme alínea III, artigo 27, do Estatuto Social.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 07/04/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de Dezembro de 2017**, no valor de R\$ 247.960 (duzentos e quarenta e sete mil e novecentos e sessenta reais).

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Resultado do Exercício	922.442	775.587
(-/+) Reversão para o FATES - Resultado com não Associados	986	(67.129)
(=) Base de cálculo das destinações	923.428	708.458
(-) F.A.T.E.S (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social)	(46.171)	(35.423)
(-) Fundo de reserva	(369.371)	(212.538)
(-) Fundo para aumento de capital	(277.028)	(212.537)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	230.857	247.960

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

17 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.201.201	332.042
Rendas de Empréstimos	2.009.191	1.681.364
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.132.494	1.472.584
Rendas de Financiamentos	646.691	622.092
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	671	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	58.469	40.023
TOTAL	5.048.718	4.148.105

18. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2018	2017
Despesas de repasse interfinanceiros	(671)	-
Despesas de água, energia e gás	(49.167)	(40.155)
Despesas de alugueis	(39.867)	(23.973)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(5.500)	-
Despesas de comunicações	(111.391)	(53.486)
Despesas de material	(25.755)	(28.910)
Despesas de processamento de dados	(104.138)	(121.004)
Despesas de promoções e relações públicas	(188.031)	(126.352)
Despesas de propaganda e publicidade	(29.000)	(29.734)
Despesas de publicações	(405)	(335)
Despesas de seguros	(33.935)	(13.806)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(175.652)	(165.879)
Despesas de serviços de terceiros	(52.665)	(87.787)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(4.750)	(4.200)
Despesas de serviços técnicos especializados	(41.126)	(29.535)
Despesas de transporte	(163.347)	(112.274)
Despesas de viagem no país	(23.072)	(18.173)
Outras despesas administrativas	(109.690)	(97.009)
Despesas com rateio da Central	(151.828)	(314.331)
Despesas de amortização e depreciação	(133.559)	(78.102)
Total	(1.443.548)	(1.345.046)

19. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(198.649)	(168.116)
Imposto de Renda Sobre Lucro Líquido e Contribuição Social	(20.347)	(21.391)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(405)	(682)
Contrib. ao Fundo e Desenvolvimento Sicoob	(4339)	-
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(613)	(1.304)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(515)	(1.219)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(31.899)	(25.997)
Contrib. ao Fundo de Estabilidade e Liquidez	(9.815)	-
Despesas de Provisões Passivas	(12.853)	(16.945)
Despesas de Provisões Operacionais	-	-
Outras Despesas Operacionais	(29)	(12.448)
TOTAL	(279.464)	(248.102)

20. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Ganhos de Capital	33.583	128.883
Reversão de Provisões não Operacionais	11.733	-
Outras Rendas não Operacionais	-	179
(-) Perdas de Capital	(30.989)	(4.201)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(937.013)	-
Resultado Líquido	(922.686)	124.861

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância

irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2018**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	964.974	0,98%	9.927
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	6.088.411	6,19%	77.617
TOTAL	7.053.385	7,18%	87.544
Montante das Operações Passivas	3.271.636	2,75%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2018**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	8.809	632	5%
Crédito Rural	100.192	501	25%
Empréstimo	972.274	38.349	10%
Financiamento	676.928	19.750	24%
Títulos Descontados	120	1	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	660.726	5,34%	0%
Depósitos a Prazo	948.944	3,14%	0,44%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	1,69%	1,69%
Empréstimos	1,22%	0,99%
Financiamento	1,13%	1,40%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	90%	90%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	7,13%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,19%
Crédito Rural (modalidades)	0,2%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	2.003.822
Empréstimos e Financiamentos	377.826

e) No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários	(289.376)
Encargos Sociais	(54.745)
Plano de Saúde	(11.561)

22. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA - SICOOB CREDICER**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDICER** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB GOIÁS CENTRAL**:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Centralização Financeira	36.616.101	31.325.235
Investimentos	2.788.138	1.184.117

23. Gerenciamento de Risco

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

23.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

23.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

23.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

23.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

23.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Reconhecemos a exatidão das presentes demonstrações contábeis, cujo Balanço Patrimonial soma em seu Ativo e Passivo a importância de R\$ 58.664.760 (Cinquenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil e setecentos e sessenta reais).

CERES-GO, 31 de Dezembro de 2018

Marcos Camargo Cardoso
CPF: 364.152.271-49
Diretor Administrativo

Washington Luis Pereira Barreto
CPF: 026.121.931-62
Diretor Operacional

Herbert Silva de Oliveira
CPF: 023.345.101-30
Contador CRC-GO 022.087/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA

CNPJ: 09.576.849/0001-82

Número de identificação do registro de empresas — NIRE: 52400011479

Endereço: Avenida Brasil nº 703-B Qd. 18-B Lt. 18-B - Centro - Ceres-GO

CEP. 76.300-000

De acordo com a documentação analisada durante o ano de 2018 e conforme o Relatório de Auditoria Sobre as Demonstrações Contábeis relativo ao exercício findo em 31/12/2018, emitido “**com ressalva**” em 08 de fevereiro de 2019, este conselho emitiu o seguinte parecer:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA - CREDICER**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Sobras ou Perdas, complementadas por notas explicativas, Relatório dos Auditores Independentes emitido em 08 de fevereiro de 2019 “**com ressalva**” em relação a valores não contabilizados de **provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa** e demais documentos integrantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com sobras líquidas no valor de R\$ 230.857,01 (duzentos e trinta mil oitocentos e cinquenta e sete reais e um centavo), decorrente da implementação de ações previstas no Plano de Negócios elaborado pela Central, inclusive no que se refere ao cumprimento de metas previstas no referido plano.

Baseado nos exames efetuados, e nas informações suplementares obtidas junto à contabilidade e Diretoria Executiva, este Conselho Fiscal é de parecer que as contas apresentadas representam a situação Patrimonial e Financeira da CREDICER, exceto no item “**Base para opinião com ressalva**” quanto aos possíveis efeitos informados pela auditoria.

Ceres/Go, 12 de fevereiro de 2019



Valdivino Cordeiro de Andrade
Coordenador



Vanderlei da Costa
Secretário



Bruno César
Conselheiro

PARECER DA AUDITORIA EXTERNA

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Ceres e Rialma Ltda. – Sicoob Credicer
Ceres/GO

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Ceres e Rialma Ltda - Sicoob Credicer, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir do assunto comentado no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credicer em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa número 6, a cooperativa possui registrada, em 31 de dezembro de 2018, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 362 mil. Todavia, nossos exames indicaram que tal provisão não é suficiente para cobrir as perdas prováveis na carteira de crédito da cooperativa, havendo insuficiência de provisão não contabilizada no valor de, aproximadamente, R\$ 846 mil. Consequentemente, o ativo e o resultado do exercício estão superavaliados neste montante, em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✦ Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✦ Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- ✦ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✦ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✦ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 8 de fevereiro de 2019.



Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727